



## **PRECONCEITO LINGÜÍSTICO: PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO PELA LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

## **PREJUCIO LINGÜÍSTICO: PERSPECTIVAS DE INCLUSIÓN Y EXCLUSIÓN A TRAVÉS DEL LENGUAJE EN LA EDUCACIÓN BÁSICA**

**Martha Ferreira SILVA**  
**Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)**  
**E-mail: marthaesther@unitins.br**

**Denyse Mota SILVA**  
**Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)**  
**E-mail: denyse.ms@unitins.br**

193

### **RESUMO**

O presente artigo, visa-se discutir o preconceito linguístico como processo de inclusão e exclusão pela linguagem utilizada no ambiente escolar no ensino fundamental II. A problemática está concentrada na seguinte pergunta: Como o preconceito linguístico afeta a vida dos estudantes no ensino fundamental II? Logo, ao pesquisar sobre tal tema, observa-se que, o preconceito linguístico ainda é muito presente dentro do âmbito escolar, por isso há necessidade de falar sobre este assunto. O objetivo geral deste trabalho é: Refletir e compreender sobre o preconceito linguístico dentro do ambiente escolar. Tendo como objetivos específicos: Discutir o ensino de língua portuguesa contrapondo com a BNCC, estabelecer as diferenças entre ensino de línguas e gramática normativa, apresentar as diversidades das variações linguísticas, e abordar sobre o preconceito linguístico no ensino fundamental II. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, com ênfase qualitativa e descritiva baseada em leituras de artigos e revisão de livros de renomados autores, como Bagno (2012), Antunes (2008), Bortoni-Ricardo (2019) e os documentos oficiais da educação, BNCC (2018). Ademais, compreendemos que é essencial abordar sobre o preconceito linguístico, pois, em hipótese alguma deve existir a exclusão da linguagem, não só nas salas de aula, mas também em outros ambientes.

**Palavras-chave:** Variação linguística. Ensino de Língua. Preconceito Linguístico.



## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir el prejuicio lingüístico como un proceso de inclusión y exclusión debido a la lengua utilizada en el ámbito escolar en la escuela primaria II. El problema se centra en la siguiente pregunta: ¿Cómo afecta el prejuicio lingüístico en la vida de los estudiantes de la escuela primaria II? Por lo tanto, al investigar este tema, se observa que el prejuicio lingüístico aún está muy presente dentro del ámbito escolar, por lo que surge la necesidad de hablar sobre este tema. El objetivo general de este trabajo es: Reflexionar y comprender los prejuicios lingüísticos dentro del ámbito escolar. Teniendo como objetivos específicos: Discutir la enseñanza de la lengua portuguesa en contraste con el BNCC, establecer las diferencias entre la enseñanza de la lengua y la gramática normativa, presentar la diversidad de variaciones lingüísticas y abordar los prejuicios lingüísticos en la escuela primaria II. La metodología adoptada es la investigación bibliográfica, con énfasis cualitativo y descriptivo basado en la lectura de artículos y reseñas de libros de autores reconocidos, como Bagno (2012), Antunes (2008), Bortoni-Ricardo (2019) y documentos oficiales de educación, BNCC (2018).). Además, entendemos que es fundamental abordar los prejuicios lingüísticos, ya que en ningún caso se debe excluir la lengua, no sólo en las aulas, sino también en otros entornos.

## INTRODUÇÃO

O artigo a seguir, visa discutir o preconceito linguístico como processo de inclusão e exclusão pela linguagem utilizada no ambiente escolar no ensino fundamental II.

Em linhas gerais, as consequências do preconceito linguístico estendem-se, também, às escolas, principalmente no ensino de língua materna, pois o trabalho sobre a língua ainda é muito influenciado por concepções que priorizam a padronização linguística. A valorização da norma e a desconsideração das variantes linguísticas pelos professores ainda sustenta a exclusão de muitos alunos que fazem uso de variantes diferentes do padrão no ambiente escolar.

Assim, a escolha por esse tema se justifica por experiência da própria pesquisadora em sua formação escolar, em suas vivências e realidades no seu contexto de fala e, principalmente, na construção do seu olhar específico para a realidade e no

tratamento da linguagem na educação básica. Com isso, durante o curso superior, em formação inicial docente, realiza algumas disciplinas que abordavam tal temática, despertando-lhe o interesse pelo assunto que será apresentado neste artigo.

Com o intuito de continuar o questionamento sobre o preconceito linguístico que afeta tanto a parte do ensino escolar quanto a parte social do aluno, assim, considerando-se essas questões relacionadas a temática proposta, parte-se do seguinte problema: Como o preconceito linguístico afeta a vida dos estudantes no ensino fundamental II?

Nesse sentido, os objetivos específicos a que se busca responder neste artigo são: discutir o ensino de língua portuguesa contrapondo-o com a BNCC; estabelecer as diferenças entre ensino de línguas e gramática normativa; apresentar as diversidades das variações linguísticas; e abordar sobre o preconceito linguístico no ensino fundamental II.

A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, com ênfase qualitativa e descritiva baseada em leituras de artigos e revisão de livros de renomados autores, como Bagno (2012), Antunes (2008), Bortoni-Ricardo (2019) e de documentos oficiais da educação, como a BNCC (BRASIL, 2018).

Por fim, este artigo será desenvolvido na discussão e relevância da temática proposta, para que os leitores e pesquisadores possam entender e discutir sobre o preconceito linguístico existentes dentro da sala de aula.

## **METODOLOGIA**

O artigo proposto tem como metodologia a pesquisa de tipo exploratória bibliográfica através de pesquisas e levantamentos bibliográficos.

Assim, a pesquisa bibliográfica tem como objetivo a busca de dados para a realização da fundamentação teórica do trabalho. Essa busca é feita através de leituras de livros e artigos científicos que já foram publicados em alguma revista. Segundo Antônio Carlos Gil (2002):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de

fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (GIL, 2002, p. 44).

Portanto, a importância dos recursos de fontes bibliográficas e repositórios existentes das universidades como possibilidade de pesquisa de vários artigos científicos e livros dos mais renomados autores. Para Gil (2002):

As fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente. No entanto, existem muitas outras fontes de interesse para a pesquisa bibliográfica, tais como: obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo (GIL, 2002, p. 64).

Dessa forma, o trabalho adota a abordagem qualitativa com a finalidade de apresentar um entendimento que foi explorado através de estudo de um assunto específico e um estudo mais profundo, considerando o contexto inserido. Nesse tipo de abordagem não há pretensão de abordar números ou quantificar dados, mas sim, explicar o porquê de algo. Quanto a isso, Gil (2002) explica que:

Já nas pesquisas de cunho qualitativo, sobretudo naquelas em que não se dispõe previamente de um modelo teórico de análise, costuma-se verificar um vaivém entre observação, reflexão e interpretação à medida que a análise progride, o que faz com que a ordenação lógica do trabalho torne-se significativamente mais complexa, retardando a redação do relatório (GIL, 2002, p. 90).

Por fim, a opção pela pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, deu-se pela necessidade de abordar o tema proposto de forma mais crítica e reflexiva, ampliando as discussões linguísticas na e para educação básica.

## **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR- BNCC E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

A Base Nacional Comum Curricular-BNCC é um documento de caráter normativo que define as aprendizagens de extrema importância a serem trabalhadas em todas as escolas brasileiras. Que visa garantir o direito do cidadão à aprendizagem e o desenvolvimento.

Para tanto, a BNCC é um documento importantíssimo para o ensino escolar, logo, é através dela que se tem o norte de como se deve trabalhar em um ambiente

educacional de acordo com os níveis de escolaridade dos alunos. Segundo a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2018):

[...] a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (BRASIL, 2018, p. 16).

197

Todavia, no que se refere à educação, o Brasil é um país em que nem tudo que está escrito nos documentos é o que de fato acontece. O professor de língua portuguesa é um exemplo disso, pois é conduzido a trabalhar as normas gramáticas e cultas da língua com restrições no que diz respeito de como o docente pode aproveitar dentro da sala de aula o conhecimento prévio que o aluno já possui, favorecendo o crescimento cultural e, também, social do estudante. A Base Nacional Comum Curricular- BNCC (2018) afirma que:

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias (BRASIL, 2018, p. 17)

Desse modo, podemos ver que há uma desigualdade muito grande dentro do âmbito escolar, um ambiente cujo é para ser um local acolhedor, educacional, muitas vezes é um ambiente transmissor de desigualdades, embora seu papel perante a sociedade seja formar cidadãos críticos, afim de tornar o mundo mais justo, igualitário.

É visível que a BNCC procura evoluir de acordo com as necessidades específicas dos alunos no ensino de língua portuguesa do ensino fundamental II, entretanto, o que podemos ver, muitas vezes, no ensino escolar, é a repetição exagerada de conteúdos e atividades dadas aos alunos como uma ferramenta de aprendizagem, no entanto, é perceptível que o aluno não aprende de fato, pois a maneira que tais materiais são

repassados para os estudantes é negativamente reprovado, pois eles não aprendem o conteúdo trabalhado em sala de aula, apenas memorizam.

Sobre isso, Antunes (2003) aborda que:

Com enormes dificuldades de leitura, o aluno se vê frustrado no seu esforço de estudar outras disciplinas e, quase sempre, “deixa” a escola com a quase inabalável certeza de que é incapaz, de que é linguisticamente deficiente, inferior, não podendo, portanto, tomar a palavra ou ter voz para fazer valer seus direitos, para participar ativa e criticamente daquilo que acontece à sua volta (ANTUNES, 2003, p. 20).

Sendo assim, é perceptível que essa prática de ensino não é consideravelmente positiva, pois os alunos não veem facilidade ao aprender o conteúdo repassado por essa prática tradicional de ensino, tanto que o índice de reprovação é altíssimo, pois a metodologia de ensino não favorece a aprendizagem dos alunos.

Quando uma criança inicia a etapa da vida escolar, ela leva para dentro da sala de aula sua língua dominante, independente dela não ter conhecimento da gramática normativa ela tem sua própria língua, afinal, a criança já interage e compreende. Esses conhecimentos prévios que ela já possui ajudará no procedimento da escola no que se refere ao ensino da língua portuguesa, que é baseado em ensinar o aluno as regras gramaticais.

É de conhecimento que a obrigação da instituição escolar é proporcionar o ensino da gramática normativa para seus alunos, assim como diz Geraldi (2007, p. 33) “O objetivo da escola é ensinar a norma padrão, ou, talvez o de criar condições para que ele seja aprendido”. Todavia, é nítido que há falhas no ensino da língua portuguesa, pois não é trabalhado corretamente e ainda não valoriza os conhecimentos que o estudante já adquiriu antes de entrar no ambiente escolar.

Em muitas ocasiões, o docente interroga o aluno por não fazer o uso correto da norma padrão, e isso é um ato falho do educador, pois, tal atitude intimida e blinda o aluno de se expressar no contexto escolar, um momento no qual o aluno tem livre acesso de expor seu pensamento sobre determinado assunto que está sendo debatido em sala de aula. Nesta situação, cabe ao professor saber lidar com as variedades linguísticas que os seus alunos já possuem.

## **O ENSINO DE LÍNGUAS E GRAMÁTICA NORMATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

A gramática normativa é aquela que enfatiza que existe apenas uma maneira correta do uso da língua e escrita, baseada em regras que devem ser seguidas para ser considerada correta. No que se refere à gramática, Travaglia (2005) aborda que:

Concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente. Dessa forma, gramatical aqui será aquilo que obedece que segue as normas de bom uso da língua, configurando o falar e o escrever bem. As normas de bom uso da língua são baseadas no uso consagrado pelos bons escritores e, portanto, ignoram as características próprias da língua oral (TRAVAGLIA, 2005, p. 24).

Desse modo, é visível que a gramática normativa veja as variações linguísticas como um erro gramatical, pois, para ela, existe apenas uma forma correta de fala e escrita. No que se refere à língua, ela é um instrumento que o ser humano utiliza para se comunicar com outras pessoas. De acordo com Mordaz (2011) podemos dizer que a linguagem é um sistema que através do qual o homem comunica suas ideias, seja através da fala, escrita ou de outros signos convencionais.

Ao analisarmos a língua e gramática, podemos concluir que ambas são de extrema importância para o ser humano, todavia, há uma diferença significativa no ensino de línguas e gramática normativa.

Referente à educação, o ensino da língua portuguesa desde o ensino básico, encontra-se voltado para a prática de atividades que leva as crianças e adolescentes a se apropriarem das capacidades de ler, compreender e escrever. Sobre esse ensino tradicional, Antunes (2003) cita que:

Como a tradição era seguir à risca, lição por lição, os livros didáticos, o professor “aprendeu” a não “criar”, a não “inventar” seus programas de aula. O conhecimento que ele “passava” e “repassava” era sempre produzido por outra pessoa, não por ele próprio. Nesse contexto, de fato, o que sobressai é um professor “transmissor de conhecimento”, mais precisamente, de “conteúdos”. Daí a concepção estreita de alguns de que a principal tarefa do professor é dar aula, isto é, dar o curso é que é o cerne da profissão (ANTUNES, 2003, p. 108).

Esse ensino tradicional voltado apenas para o ensino da gramática prende os alunos a seguir somente regras que muitas vezes não condizem à sua realidade linguística. Para Mendonça, 2006 apud Silva (2010, p. 953): “Esse módulo de ensino é compreendido como um “ conjunto de práticas que se solidificaram com o passar dos



anos, com regularidade de ocorrência, o que terminou por construir uma grande tradição “.

Sendo assim, o uso da gramática normativa é uma ferramenta tradicional de ensino que os professores de língua portuguesa mais utilizam em sala de aula, deixando-o a linguagem prévia que o aluno já domina de lado.

De acordo com Bagno (2003):

[...] no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não por causa da grande extensão territorial do país - que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito, mas principalmente na causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo mundo (BAGNO, 2003, p. 16).

200

Compreende-se, então, que o papel do professor de língua portuguesa não é trabalhar somente o ensino da gramática, mas, cabe a ele também mostrar para seus alunos que o Brasil é um país rico em variedades linguísticas, e essas variedades têm que ser trabalhadas dentro do ambiente escolar, pois tais diversidades é levada para dentro da sala de aula pelos próprios estudantes.

Porém, a realidade do ensino de línguas na educação básica é estreitamente desvalorizada, pois para muitos é visto como um erro linguístico e não como uma condição natural que faz parte das nossas vivências e cultura.

Neste caso, o ensino de gramática normativa tem muito mais reconhecimento que o ensino de línguas no Brasil, por isso, desde o ensino fundamental I as crianças já veem estudando regras gramaticais e esse se estende por toda educação básica, até o ensino médio.

## **AS DIVERSIDADES DAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO ÂMBITO ESCOLAR: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Varição linguística é o movimento natural de uma língua, que se movimenta entre fenômenos históricos e culturais. Sendo mais específica, variação linguística são as diversas maneiras de falar o idioma de uma nação. De acordo com Antunes (2009):

Em qualquer língua, de qualquer época, desde que em uso, ocorreram mudanças, em todos os estratos, em todos os níveis, o que significa dizer que, naturalmente, qualquer língua manifesta-se num conjunto

de diferentes falares que atendem às exigências dos diversos contextos de uso dessa língua (ANTUNES, 2009, p. 22).

Por conseguinte, não podemos dizer que existe apenas uma maneira considerada correta de falar, já que a língua padrão de um país não é homogênea, e sim, heterogênea, pois há uma diversidade muito grande referente a fala de um povo.

No contexto escolar há uma desvalorização muito grande no que diz respeito ao ensino das variações linguísticas, pois pouco se fala sobre esse assunto dentro da sala de aula, pois o foco central no ensino de língua portuguesa é as normas gramática.

Nesse aspecto Bagno (2002) aborda que:

[...] é interessante estimular nas aulas de língua materna um conhecimento cada vez maior e melhor das variedades sociolingüísticas para que o espaço de sala de aula deixe de ser o local para estudo exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos (BAGNO, 2002, p. 134).

Neste sentido, é necessário que tenha espaço na sala de aula para ser trabalhado também as diversidades linguísticas e não apenas regras gramaticais, até porquê tais variedades os próprios alunos levam para dentro do ambiente escolar. Logo, a escola não é um ambiente homogêneo, sendo assim, há todos os tipos de diversidades dentro dela.

De acordo com a perspectiva Laboviana (1972), o que existe na língua e perspectivamente na linguagem são modos diferentes de falar a mesma coisa, entretanto, nem sempre esses diferentes modos de se utilizar a língua agradam a um percentual de pessoas, que conseqüentemente coloca a maneira que não se aproxima da norma culta como uma linguagem mais coloquial ou como uma língua “ menor “ por pensar que esse tipo de linguagem foge dos padrões da norma culta.

Entretanto, o que ainda podemos perceber é que o ensino da língua materna se prende ao ensino da norma culta, por se tratar de uma língua que possui muito mais prestígio. O que é perceptível nesse tipo de ensino é que os professores de língua não levam em consideração ou até mesmo veem as diversidades linguísticas como um erro e não como algo natural por se tratar de um resultado das diferenças sociais através da história e também da imensa área que o país ocupa geograficamente.

O que vemos muitas vezes no ensino da língua materna é a correção excessiva do professor quando um aluno pronuncia uma palavra fora da norma padrão, do que é considerado “correto”. É perceptível que em determinado momento o educador não é flexível e não está preparado para mudar sua metodologia afim de fluir melhor seu ensino. De acordo com a previsão do Ministério da Educação e Cultura (MEC), nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN (1998):

Ao professor cabe planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva. Cabe também assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem (BRASIL,1998, p. 22).

O professor de língua portuguesa é o grande responsável no desenvolvimento de expressão e comunicação dos alunos. Por isso ele tem que sempre estar preparado e saber lidar com tais variações, afinal, nosso país tem características amplas e distintas. Sobre isso Bagno (2004) discute que:

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade lingüística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não padrão (BAGNO, 2004, p. 18).

A escola por se tratar de um ambiente cujo recebe todos os tipos de estudantes não deve se prender a um ensino que desfavoreça uma parte dos alunos. Por isso, é necessário e essencial que os educandos estejam cientes que haverá circunstâncias no qual ele irá ter que sair da sua zona de conforto para que seu ensino seja trabalhado de uma forma igualitária, sem restrições.

Em relação a isso, Buin e Pinheiro (2016) aponta que:

Considerar e respeitar as vivências dos sujeitos é um passo importantíssimo para o sucesso da formação. É preciso ampliar o repertório cultural e, conseqüentemente, lingüístico dos estudantes da educação básica... na qual busca enfatizar a importância de considerar, no contexto de ensino e aprendizagem a língua materna (BUIN; PINHEIRO, 2016, p. 354).

Por fim, conclui-se que é importante que o educador de língua portuguesa, apesar de que seu papel primordial seja trabalhar a gramática normativa, tenha espaço, respeito e maturidade para compreender e trabalhar tais diversidades linguísticas em suas aulas, pois a escola tem que ser um ambiente acolhedor, educacional e acima de tudo, profissional.

### **O Preconceito Linguístico no Ensino Fundamental II**

O Preconceito linguístico é uma comparação existente entre a gramática normativa e os modos de falar verdadeiro das pessoas que vivem em entidade. Está comparação existe por vários fatores, dentre alguns está o de que a gramática normativa é a mais privilegiada, entretanto, a realidade é que muitas pessoas ainda não conseguem ter acesso a ela, por várias questões, mas a principal está o financeiro, pois o Brasil ainda é um país subdesenvolvido onde há muitas desigualdades sociais e econômica.

Em consideração desse fenômeno linguístico para o contexto escolar, mais precisamente no ensino fundamental II, a variação linguística está muito presente nas escolas principalmente nas escolas públicas, por se tratar de um local cujo recebe todos os tipos distintos de classes sociais.

Sendo assim, há várias manifestações nas diversas maneiras de falar e de se expressar dos alunos. Logo, faz-se necessário que o educador de língua materna tenha uma grande reflexão e maturidade para compreender tais diversidades, pois a língua é heterogênea e flexível. Contudo, não podemos pensar em nenhum momento que existe apenas uma maneira considerada certa de falar.

Para Antunes (2007, p.104): “a língua só existe em sociedade, e toda sociedade é heterogênea, múltipla, variável e, por conseguinte, com usos diversificados da própria língua”. Entretanto, há um preconceito linguístico muito grande dentro da sala de aula, pois quando um aluno manifesta alguma expressão fora das regras gramaticais existe uma correção excessiva e preconceituosa.

Possente (1996) explica que:

O preconceito é mais grave e profundo no que se refere a variedades de uma mesma língua do que na comparação de uma língua com outras. As razões são históricas, culturais e sociais. Aceitamos que os outros falem diferente. Mas, não aceitamos pacificamente que os que



falam ou deveriam falar a mesma língua falem de maneira diferente (POSSENTE, 1996, p. 29).

A escola pública por ser um ambiente aberto e receber todos os tipos de pessoas, por exemplo: alunos das zonas rural, urbana, pessoas de classe média, baixa e alta, isso resulta confirmar que a língua pode ser realizada a todos os tipos de gêneros, sem exceção. Para Bortoni-Ricardo (2006, p.18) “[...] a uma reflexão sobre a Língua Portuguesa no Brasil, suas características e sua variação, especialmente as diferenças entre o Brasil urbano e o Brasil rural”.

É nítido que a escola muitas vezes rejeita a língua materna trazida pelos alunos, sendo que, na realidade, deveria existir um laço entre essa língua prévia dos alunos e os conhecimentos que eles irão aprender dentro da sala de aula. Logo, essa linguagem prévia faz parte da vida social e das condições dos alunos.

Bagno (1999) destaca que:

[...] é preciso mostrar, em sala de aula é fora dela, que a língua varia tanto quanto a sociedade varia, que existe muitas maneiras de dizer a mesma coisa e que todas correspondem a uso diferenciados e eficazes dos recursos que o idioma oferece a seus falantes; também é preciso evitar a prática distorcida de apresentar a variação como se ela existisse apenas nos meios rurais ou menos escolarizados, como se também não houvesse variação linguística entre os falantes urbanos, socialmente prestigiados e altamente escolarizados, inclusive nos gêneros escritos mais monitorados (BAGNO, 1999, p. 16).

Decorrente a isso, apesar do Brasil ser um país vasto em variações linguísticas, percebe-se que o educador de língua materna está inteiramente ligado ao ensino tradicional e as práticas convencionais de ensino. Para Bagno (2007), outro empecilho na configuração de mudanças na postura dos professores em relação ao tratamento da variação linguística em sala de aula é a falta de formação adequada para lidar com todo um conjunto de teorias e práticas que é relativamente novo como objetos e objetivos do ensino de português.

Por conseguinte, podemos perceber que um dos fatores para o preconceito linguístico existir tanto dentro da sala de aula é a falta de formação apropriada, pois muitos docentes no período de formação não teve o ensino adequado sobre tal assunto.

A criança ao ingressar na vida escolar ela já leva para sala de aula sua língua materna e os seus conhecimentos de vida. Entretanto, a partir do momento que inicia o estudo o estudante irá perceber que todos os conhecimentos que ele possuía é

considerado errado para a gramática. É a partir desse momento que iniciará o preconceito linguístico, através de ações que descrimina e rejeita tal manifestação que o aluno manifesta.

Bortoni-Ricardo (2005) afirma que:

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

Assim, a escola em nenhum momento pode excluir a língua materna dos alunos e ignorar tais diversidades, é um preconceito e não deve acontecer, principalmente em um ambiente cujo objetivo é ensinar e formar cidadãos críticos e não o da exclusão, principalmente as linguísticas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo propôs refletir a respeito do preconceito linguístico dentro do ambiente escolar no ensino fundamental II, como processo de inclusão e exclusão da linguagem, afim de abordar temas importantes a respeito do assunto.

Inferimos a necessidade de abordarmos sobre tal temática, logo, ainda é perceptível que é muito presente a existência da prática do preconceito linguístico inserido nas escolas, pois, muitas vezes, é repassado para as pessoas que o ambiente escolar é um local nulo de práticas preconceituosas, uma vez que o objetivo do ambiente educacional é ensinar e formar pessoas críticas e não excluir tal diversidades referente as variações linguísticas levada pelos próprios estudantes para as instituições escolares.

As variações linguísticas é um marco muito presente no Brasil, por ser um país heterogêneo, destaca-se, então, as diversidades da língua, por se tratar de um local cujo há uma grande diversidade de fala, isso resulta em uma alteração linguísticas feita pelos próprios falantes de um mesmo idioma.

Por conseguinte, faz-se necessário que haja um estudo muito cauteloso e respeitoso sobre este assunto, o professo, por exemplo, tem que ter um olhar mais

específico e profundo por estar à frente todos os dias com tais variações, uma vez que as instituições escolares recebem todos os tipos de diversidades linguísticas.

Ademais, compreendemos que é essencial abordar sobre o preconceito linguístico, pois, em hipótese alguma deve existir a exclusão da linguagem, não só nas salas de aula, mas também em outros ambientes.

Por fim, no entendimento da prática e fazer docente, torna-se necessário um trabalho profundo a respeito do preconceito linguístico no cotidiano escolar, mais precisamente, as escolas da educação básica que recebem a maioria dos alunos com uma gama de variedades e diversidades de falantes ali presente. Por isso, tem que se haver um grande cuidado e respeito sobre o assunto, pois não se deve excluir nenhum tipo de falante.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico o que é, como se faz**. São Paulo, Brasil, Loyola 1999. Disponível em: [https://professorjailton.com.br/novo/biblioteca/preconceito\\_linguistico\\_marcos\\_bagno.pdf](https://professorjailton.com.br/novo/biblioteca/preconceito_linguistico_marcos_bagno.pdf). Acesso em: 30 fev. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Educação é a Base**. Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). **Introdução. Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/ SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2023.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística & Educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 15, 61. Disponível em: <https://www.parabolaeditorial.com.br/nos-cheguemu-na-escola--e- agora--sociolinguistica---educacao-40427798>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

CORREIA, Flaubert, **Ensino da norma culta: Políticas de substituição ou ampliação dialetal?** João Pessoa, n. 2, jul/dez 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/dclv/article/download/18589/17038/73394> . Acesso em: 27 fev. 2023.

FERREIRA, Shirley e Denyse Mota, **Reflexões sobre o ensino da língua materna: (RE)significando os seus desafios no ensino fundamental II**. Humanidades e Inovação. Palmas-TO, V.9, n, 16. Disponível em:

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO: PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO PELA LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Martha Ferreira SILVA; Denyse Mota SILVA. JNT -Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023.FLUXO CONTÍNUO – MÊS DE SETEMBRO Ed. 45. VOL. 2. Págs. 193-207. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: [jnt@faculdefacit.edu.br](mailto:jnt@faculdefacit.edu.br).

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/7112>.  
Acesso em: 27 fev. 2023.

GERALDI, Wanderley, João. **O Texto na Sala de Aula**. 4ª Edição. Ática. São Paulo, 2006.  
Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5388957/mod\\_resource/content/1/GERALDI](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5388957/mod_resource/content/1/GERALDI). Acesso em: 25 Jun. 2023.

Gil, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, 4ª ed. : Atlas, 2002. Disponível em:  
[http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf). Acesso em: 28. Mar. 2023.

LABOV, W. Language in the Inner City. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972b. Disponível em: [https://danielezrajhonson.com/labov\\_1972\\_inse.pdf](https://danielezrajhonson.com/labov_1972_inse.pdf). Acesso em: 25 Jun. 2023.

Mordaz. **Alfabetização no Brasil: conjeturas sobre as relações entre Linguagem e Norma**. Revista Brasileira de Educação. Maio/ago. 2011, p. 43-200.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 10 ed. São Paulo. Cortez, 2005. Disponível em:  
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/oensino-gramatica.htm>.  
Acesso em: 17. Jun. 2023.